

# Congresso não fala a língua do Executivo

OTÁVIO VERÍSSIMO

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados foi palco ontem de lances reveladores de como deverão se situar as discussões entre o Governo e Congresso Nacional no próximo semestre legislativo. Diretamente relacionados, câmbio e juros deverão se constituir no objeto central das discussões, despertando paixões entre alguns dos mais renomados economistas do País, sejam eles integrantes da equipe econômica do Governo ou parlamentares.

Tendo como pano de fundo a realização do Fórum de Debates "Um ano de real: avaliações e perspectivas", Governo e parlamentares mostraram não apenas discursos diferentes para um mesmo tema, mas a enorme distância entre ambos tanto no que se refere à percepção dos problemas quanto à definição de prioridades.

Do lado do Governo, pelo menos a linha mestra parece já estar definida. Demonstrando saber tirar proveito da máxima do Congresso Nacional, segundo a qual quem tem voto faz e quem não tem esperneia, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, procurou ser objetivo em sua análise, citando os "expressivos" resultados obtidos no combate à inflação, e principalmente na definição de uma agenda para os próximos meses do plano de estabilização. Dessa agenda constam a redução do custo Brasil; continuidade do processo de reforma da Constituição; e privatizações.



**Conceição: caranguejo**

**Sem ouvir** — Malan apresentou números inquestionáveis, mas fugiu ao debate lamentando não poder ouvir o que os demais participantes tinham a dizer. Histérica, como ela própria enfatizou antes do debate, a deputada Conceição Tavares (PT-RJ) reagiu: "O senhor nunca tem tempo para nos ouvir. É por isso que só nos resta a alternativa de convocar a equipe econômica para vir aqui não para falar o que quer, mas para ouvir o que temos a dizer".

A retirada de Malan foi providencial pois, daí para a frente as discussões se voltariam para os pontos considerados críticos no Plano Real — câmbio e juros — e, apesar de ladeado pelo presidente do Banco Central, a ele restaria ou encolher-se num Córner ou contra-atacar. Só que o contra-ataque já tem data e local marcado: a partir de agosto, na Comissão Especial para regulamentação do Sistema Financeiro Nacional. Comissão essa imediatamente instalada pelo presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Por enquanto, tudo o que o ministro Malan tem a dizer é que

tanto uma desvalorização cambial significativa como o tabelamento dos juros jogariam o plano para o espaço.

**Caranguejo** — Para o deputado Delfim Netto (PPR-SP), a realidade da política cambial é bem diferente da que é apresentada pelo Governo. "Estamos envolvidos num processo retórico", dispara. "O que houve foi uma supersobrevvalorização do real e, agora, o Banco Central tenta enganar a todos dizendo que estamos num sistema de bandas. Na realidade, nosso sistema é de fixação arbitrária da taxa de câmbio".

Segundo Delfim, a política cambial adotada é míope e as medidas adotadas até o momento estão ocorrendo a reboque dos fatos. "Certamente estamos numa situação muito melhor que a Argentina e longe de uma situação insanável, mas temo que o déficit em conta corrente esteja caminhando para uma situação muito difícil", disse o deputado.

As observações feitas por Delfim Netto a respeito do câmbio são endossadas e dramatizadas pela deputada Conceição Tavares, para quem "não temos um regime de banda, mas estamos andando de banda feito caranguejo".

Irada e ao mesmo tempo perplexa com a agenda apresentada pelo ministro Malan, que prevê a discussão e votação das reformas fiscal e previdenciária para o segundo semestre, Conceição Tavares pediu ao economista André Lara Resende — um dos formuladores do Plano Real — que levasse um recado à equipe econômica: "Agora, a causa de todos os males é o desequilíbrio fiscal. Mas, o que está por trás desse desequilíbrio fiscal desde a época do Império é o desequilíbrio do balanço de pagamentos".